



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EDIÇÃO EXTRA



Órgão Oficial do Município

Dia 28 de Abril de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1869 A



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1599, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Autarquia DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo, a executar a construção de galeria com aduelas pré-fabricadas de concreto armado na Praça Landulfo Cardoso Naves, nesta cidade de Monte Carmelo-MG, que, após concluída, cumprindo todos os procedimentos necessários, contabilizará uma extensão total de 47 (quarenta e sete) metros.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial, no orçamento do Município no valor de R\$530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), visando à criação de nova dotação orçamentária, conforme segue abaixo:

Órgão	03 DMAE - DEPTO. MUN. DE AGUA E ESGOTO
Entidade	01 DMAE - DEPTO. MUN. DE AGUA E ESGOTO
Unidade	15 GESTÃO DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA
Função	17 SANEAMENTO
Sub função	512 Saneamento Básico Urbano
Programa	4035 Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento
Projeto/Atividades	1.340 Execução de galeria com aduelas pré-fabricadas de concreto armado
Elemento	OBRAS E Fte Recursos: 100
4.4.90.51.00.00	Instalações
	Valor: R\$ 530.000,00

Art. 3º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei serão utilizados como fonte de recursos anulação de dotação orçamentária do Município, conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - PODER EXECUTIVO
Entidade	02 - PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade	60 - SEC. MUNIC. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
Sub-Unidade	03 - Departamento de Obras
Função	27 - Desporto e Lazer
Subfunção	451 - Infraestrutura Urbana
Programa	4035 - Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento
Projeto/Atividades	1.334 - Construção Centro de Convenções
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações
	Fte Recursos: 100 - Recursos Ordinários
	Valor: R\$ 530.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais)

Art. 4º Fica incluso no Programa 4035 Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021, as ações orçamentárias, Projeto e Atividades: 1.340 **Execução de galeria com aduelas pré-fabricadas de concreto armado**, citadas no art. 2º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei nº 1414, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 5º Fica autorizada a Suplementação, se necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do crédito ora aberto e incorporado ao orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 28 de abril de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2276, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

"Revoga o Decreto nº 2261, de 23 de março de 2020 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo/MG no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 2261, de 23 de março de 2020, dispôs, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, acerca das medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, no Município de Monte Carmelo/MG;

CONSIDERANDO que foram previstas medidas como o regime de teletrabalho, escala de revezamento e regimes de compensação de jornadas de trabalho das unidades administrativas, conforme a necessidade do serviço;

CONSIDERANDO todos os esforços empreendidos pelo Município por meio da fixação de medidas de contingenciamento e combate ao vírus SARS-CoV-2;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar aglomerações de pessoas para impedir a propagação da COVID-19;

CONSIDERANDO que as medidas estabelecidas internamente, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, sobretudo, a restrição dos horários de atendimento ao público, não se revelaram eficazes o bastante para suprir o fluxo de atendimento da população;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o atendimento sem comprometer a segurança e o direito fundamental à saúde;

CONSIDERANDO que é dever do Município avaliar periodicamente as medidas adotadas com a finalidade de aferir sua eficácia;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 2261, de 23 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 01 de maio de 2020.

Monte Carmelo/MG, 28 de abril de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2277, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A RETOMADA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE RESTRIÇÃO E ACESSIBILIDADE A DETERMINADOS SERVIÇOS E BENS PÚBLICOS E PRIVADOS COTIDIANOS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VIRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as Recomendações expedidas pela Organização Mundial de Saúde quanto ao Coronavírus – COVID-19, com o reconhecimento de pandemia;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal confirmou a competência concorrente da União, de Estados e Municípios em instituir ações para combater pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação da Secretaria de Vigilância em Saúde, referendadas pelo Ministério de Saúde, que determina, a transição das medidas de Distanciamento Social Ampliado (DSA), para o Distanciamento Social Seletivo (DSS), quando o número de casos confirmados não tenha impactado em mais de 50% da capacidade instalada existente antes da pandemia;

CONSIDERANDO que as medidas de distanciamento social visam, principalmente, reduzir a velocidade de transmissão do vírus. Ela não impede a transmissão;

CONSIDERANDO que o Distanciamento Social Ampliado (DSA) tem como principal objetivo reduzir a velocidade de propagação do vírus, visando estruturar o sistema de saúde, disponibilizando serviços com condicionantes mínimos de funcionamento: leitos, respiradores, EPI, testes laboratoriais e recursos humanos;

CONSIDERANDO que o Distanciamento Social Seletivo (DSS) visa estabelecer estratégias onde apenas alguns grupos ficam isolados, promovendo o retorno gradual às atividades laborais com segurança, evitando uma explosão de casos sem que o sistema de saúde tenha tido tempo de absolver;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado" e suas alterações;

CONSIDERANDO que a ocupação de leitos no Estado de Minas Gerais, segundo Carlos Eduardo Amaral, em entrevista publicada no dia 27.04.2020, registrou 105 casos de pacientes internados em UTI por suspeita de Covid-19, o que gera uma ocupação de leitos específica de 4%. A taxa de ocupação geral no Estado é de 57%. Em relação aos leitos de atendimento clínico, há 442 pessoas internadas. As taxas de ocupação de leitos clínicos específicas para Covid-19 e em geral são 4% e 60%, respectivamente;

CONSIDERANDO a liberação e concessão do Alvará Sanitário do Hospital Municipal de Monte Carmelo por parte do Governo do Estado de Minas Gerais, que dispõe de 57 leitos para internação e 08 leitos de UTI, destes 40 leitos para internação já estão disponíveis;

CONSIDERANDO que o Município dispõe de 14 equipes de PSF, além da Equipe Melhor em Casa;

CONSIDERANDO que o Município dispõe de 12 respiradores no Hospital Municipal, sendo que 06 respiradores estão sendo utilizados na sala de urgência do Pronto Socorro e 06 serão utilizados na UTI;

CONSIDERANDO a evolução da pandemia na municipalidade, onde o número de ocupação de leitos está inferior a 50% da capacidade instalada, conforme informado pela Secretaria Municipal de Saúde e nesta época de Pandemia nunca atingiu este percentual;

CONSIDERANDO que das 12 amostras coletadas no método SWAB, 09 deram negativas e 03 aguardam resultado, e que apenas um paciente encontra-se hospitalizado, de acordo com o Boletim Epidemiológico de 27.04.2020;

CONSIDERANDO que o Município dispõe de teste rápido, devidamente registrado na ANVISA, para diagnósticos dos pacientes que enquadrarem nos requisitos do Protocolo instituído em âmbito municipal;

CONSIDERANDO que o Município dispõe credenciamento com laboratório Labormed de Uberlândia, autorizado pela Secretaria de Estado da Saúde para realizar o teste SWAB, para diagnóstico de infecção de coronavírus, para os pacientes hospitalizados atendidos pelo SUS;

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Monte Carmelo, juntamente com DMAE estão realizando ações para combater o Coronavírus em Monte Carmelo, com a limpeza das ruas e logradouros públicos, com caminhões-pipa e bombas costais as equipes estão aplicando uma

solução de hipoclorito de sódio que tem o mesmo efeito do álcool 70% para desinfetar os locais com grande fluxo de pessoas.

CONSIDERANDO que o Governo Estadual criou o programa intitulado "Minas Consciente, - Retomando a economia do jeito certo", que é um conjunto de protocolos sanitários que buscam orientar a retomada segura das atividades econômicas nos Municípios do Estado. Trata-se de um programa destinado à possibilidade de flexibilização das medidas de isolamento social de forma responsável, permitindo a retomada parcial da economia e observando o impacto no sistema de saúde;

CONSIDERANDO que as medidas de flexibilização deverão ser acompanhadas diariamente, de forma responsável, a fim de monitorar seus efeitos sobre a curva de tendência, observando o impacto das medidas no sistema de saúde, com regressão em caso de cenários adversos;

CONSIDERANDO que o Município intensificará a fiscalização dos estabelecimentos comerciais e disponibilizará uma Equipe de Fiscalização, composta de 12 (doze) fiscais, das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fazenda, Vigilância Sanitária e Procon, podendo solicitar apoio da Polícia Militar, para realizar vistorias diárias, inclusive, com plantões noturnos, feriados e finais de semana;

CONSIDERANDO o impacto econômico gerado com a manutenção do fechamento das atividades econômicas, com grande perda de receita e renda para empresas e trabalhadores, bem como pela imprevisibilidade do cenário futuro, aliada à queda do faturamento que poderá acarretar o fechamento de diversos empreendimentos e gerará aumento do desemprego, que obriga o Poder Público, neste momento, considerando a situação da pandemia no Município, a reavaliar a situação para, de forma coordenada, retomar as atividades econômicas no Município, desde que seguidos os protocolos sanitários instituídos em âmbito municipal, estadual e federal;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê de Enfrentamento ao COVID-19;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a retomada das atividades econômicas e as medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços, atividades e bens, públicos e privados cotidianos, a serem adotadas pelo Município de Monte Carmelo/MG, enquanto perdurar o Estado de Emergência em Saúde Pública, nos termos do Decreto 2256, de 17 de março de 2020.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES E DETERMINAÇÕES E RESTRIÇÕES

Seção I Das Vedações

Art. 2º São vedadas(os):

I. Eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter públicos ou privados, incluídas excursões e cursos presenciais, com mais de trinta pessoas;

II. Práticas comerciais abusivas, pelos produtores e fornecedores, em relação a bens ou serviços essenciais à saúde, à higiene e à alimentação;

III. As concessões de licença ou alvará para realização de eventos governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas, devendo ser suspensas as licenças e alvarás desta natureza, eventualmente já expedidos pela Administração Municipal, com a devida comunicação aos particulares que os requereram, com exceção das atividades descritas nos artigos 10 e 11 deste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se por prática abusiva quanto a precificação e demais situações dispostas no Código de Defesa do Consumidor.

Seção II Das determinações

Art. 3º Fica determinado, em relação aos serviços de transporte de passageiros, urbano e rural, no âmbito do Município, que a lotação não excederá à capacidade de passageiros sentados, devendo observar as seguintes práticas sanitárias:

- I. Realização de limpeza minuciosa diária dos veículos e, a cada turno, das superfícies e pontos de contato com as mãos dos usuários, com utilização de produtos de assepsia que impeçam a propagação do vírus;
- II. Adoção de cuidados pessoais, sobretudo com a lavagem das mãos e uso de produtos assépticos durante e ao término de cada viagem e utilização de máscara pelos motoristas;
- III. Higienização do sistema de ar-condicionado;
- IV. Manutenção, quando possível, de janelas destravadas e abertas de modo a possibilitar a plena circulação de ar;
- V. Fixação, em local visível aos passageiros, de informações sanitárias sobre higienização e cuidados para prevenção, enfrentamento e contingenciamento da pandemia Coronavírus COVID-19, bem como para que os usuários utilizem máscaras;

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS

Seção I Da Suspensão dos Serviços e Atividades

Art. 4º Ficam suspensos, por prazo indeterminado, as seguintes atividades e serviços promovidos pelo Poder Público:

- I. As atividades presenciais da rede municipal de ensino, de acordo com as Deliberações do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 18, de 22 de março de 2020 e nº 26, de 08 de abril de 2020, do Governo do Estado de Minas Resolução SEE nº 4310/2020 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;
- II. As atividades promovidas pelo Centro de Convivência de Idosos – Conviver;
- III. O Transporte Coletivo Público;
- IV. Abiblioteca;
- V. O Programa Saúde do Trabalhador, com ressalva aos agendamentos de perícias médicas;
- VI. Os eventos, encontros e quaisquer outras atividades habitualmente promovidas pelas Secretarias Municipais e que geram aglomerações de pessoas.

Art. 5º Ficam suspensos os seguintes serviços, atividades e empreendimentos, públicos ou privados:

- I. Eventos públicos e privados de qualquer natureza, em locais fechados ou abertos, com público superior a trinta pessoas;
- II. Cinemas, clubes, boates, salões de festas, teatros, casas de espetáculo.
- III. Shows artísticos de qualquer natureza, realizados nos bares, restaurantes, lanchonetes e similares.

CAPÍTULO IV DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES E DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO PROTEÇÃO E HIGIENIZAÇÃO

Seção I Das atividades essenciais

Art. 6º Ficam mantidos, os serviços e atividades abaixo discriminados e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento, conforme Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020 e alterações:

- I. farmácias e drogarias;
- II. fabricação, montagem e distribuição de materiais clínicos e hospitalares;
- III. hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, de água mineral e de alimentos para animais;
- IV. distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- V. distribuidoras de gás;
- VI. oficinas mecânicas, borracharias, autopeças, concessionárias e revendedoras de veículos automotores de qualquer natureza, inclusive as de máquinas agrícolas e afins;
- VII. restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias;
- VIII. agências bancárias e similares;
- IX. cadeia industrial de alimentos;
- X. atividades agrossilvipastoris e agroindustriais;
- XI. serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, tais como gestão, desenvolvimento, suporte e manutenção de hardware, software, hospedagem e conectividade;
- XII. construção civil;
- XIII. setores industriais;
- XIV. lavanderias;
- XV. assistência veterinária e pet shops;
- XVI. transporte e entrega de cargas em geral;
- XVII. serviço de call center;
- XVIII. locação de veículos de qualquer natureza, inclusive a de

máquinas agrícolas e afins.

§1º Os serviços e atividades previstos neste artigo poderão trabalhar com as portas abertas.

§2º Os estabelecimentos referidos no *caput* deverão adotar as seguintes medidas:

- I. intensificação das ações de limpeza;
- II. disponibilização de produtos de assepsia aos clientes;
- III. manutenção de distanciamento entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração de pessoas, inclusive por meio de demarcação de espaço em fila de espera;
- IV. divulgação das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia Coronavírus COVID-19;
- V. agendamento de atendimento ao consumidor, quando compatível com a atividade.

Art. 7º Será mantida a prestação de serviços públicos essenciais e que não podem ser descontinuados, dentre os quais:

- I. Tratamento e abastecimento de água;
- II. Assistência médico-hospitalar;
- III. Serviço funerário;
- IV. Coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos e demais atividades de saneamento básico;
- V. Exercício regular do poder de polícia administrativa.

Seção II Da Liberação das demais atividades e serviços

Art. 8º Os serviços e atividades não elencadas no art. 6º deste Decreto poderão retomar suas atividades, desde que adotadas todas as medidas sanitárias estabelecidas em âmbito federal, estadual e municipal, em especial:

- I. Priorizar a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e o serviço de entrega de mercadorias em domicílio;
- II. Priorizar o atendimento individualizado, através de agendamento;
- III. Respeitar o limite dentro do estabelecimento para uma ocupação de 2m² por pessoa, com distanciamento entre as pessoas de, no mínimo, 02 (dois) metros;
- IV. Adotar sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contato e aglomeração de trabalhadores, e que implementem medidas de prevenção ao contágio pela COVID-19, disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante o trabalho e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza dos locais e dos instrumentos de trabalho.
- V. Estabelecer horários ou setores exclusivos para atendimento ao grupo de clientes que, por meio de documento ou autodeclaração, demonstrem:
 - a) possuir idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) for gestante ou lactante.

VI. Adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas no interior dos estabelecimentos ou em filas de espera, observado o distanciamento mínimo de dois metros entre consumidores;

VII. Disponibilizar para todos os funcionários, máscaras de proteção e outros recursos necessários à prevenção e disseminação do Coronavírus causador da COVID-19;

VIII. Disponibilizar, na entrada do estabelecimento, álcool em gel, para clientes e funcionários;

IX. Deverão priorizar o pagamento em moeda virtual, como cartão de crédito, débito, transferência bancária, aplicativos de pagamento no celular e boletos bancários, evitando assim, o manuseio com dinheiro em espécie;

X. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção a COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas consciente em local visível.

§1º O horário de funcionamento das indústrias deve iniciar até as 8h, e os empreendimentos comerciais, a partir das 9h30min, exceto os serviços considerados essenciais, estabelecidos no art. 6º deste Decreto.

§2º Os estabelecimentos comerciais só poderão retomar suas atividades quando assinarem os Termos de Compromisso descritos no Anexo II e III deste Decreto, devendo afixar na entrada do estabelecimento, em local visível.

§3º Os Termos de Compromisso ficarão disponíveis no e-mail: procuradoria02@montecarmelo.mg.gov.br, e termodefuncionamento@gmail.com.

§4º A Equipe de Fiscalização vistoriará os estabelecimentos, e caso

os Termos de Compromisso não estejam afixados em seu interior, solicitará o fechamento até sua regularização.

Art. 9º As academias de ginásticas e lutas, escolas de esportes, estúdios de treinamento personalizados de atividade física, fisioterapia, pilates, profissional de educação física personal trainer, estúdios de dança e similares, por tratar-se de centros de promoção de saúde e bem estar, poderão retomar suas atividades, desde que seguidos as medidas sanitárias federais, estaduais e municipais instituídas nesse Decreto, e mediante a assinatura de Termo de Compromisso previsto no Anexo II deste Decreto e o cumprimento das seguintes exigências:

- I. Reduzir o fluxo e a permanência de pessoas dentro dos estabelecimentos para uma ocupação de 01 aluno para cada 5m²;
 - II. Restringir o acesso de pessoas do grupo de risco e assintomáticos, com medição de temperatura por termômetro e questionamento sobre apresentação de sintomas, histórico de viagens e contato com alguém contaminado;
 - III. Possibilitar entrada e saída dos alunos sem toque em controles biométricos ou de catracas;
 - IV. Uso obrigatório do álcool e/ou em gel 70% para higienização dos equipamentos por parte dos alunos e dos funcionários;
 - V. Disponibilização de água e sabão, com borrifadores e papel toalha para higienização dos equipamentos;
 - VI. Uso obrigatório de toalhas individuais;
 - VII. Reforçar a limpeza geral dos espaços durante o dia com hipoclorito de sódio, mantendo-o limpo e ventilado;
 - VIII. Todos os alunos e colaboradores deverão utilizar, obrigatoriamente máscaras, podendo ser de tecido;
 - IX. Evitar contato físico, com demonstração e orientação dos exercícios a 2 metros de distância;
 - X. Manter um pano úmido com água sanitária, para limpeza dos calçados;
 - XI. Disponibilizar álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento;
 - XII. Lacrar os bebedouros coletivos;
 - XIII. Não utilizar ar condicionado, climatizadores ou ventiladores;
 - XIV. Restringir o acesso das pessoas do grupo de risco;
 - XV. Diminuir a duração das atividades pelo tempo necessário para garantir higienização dos equipamentos e do local;
 - XVI. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção a COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas Consciente em local visível.
- §1º** Os estabelecimentos citados neste artigo deverão iniciar seus atendimentos a partir das 5h30min.
- §2º** Os estabelecimentos descritos neste artigo só poderão retomar suas atividades quando assinarem os Termos de Compromisso descritos no Anexo II e IV deste Decreto, devendo afixar na entrada do estabelecimento, em local visível.
- §3º** Os Termos de Compromisso ficarão disponíveis no e-mail: procuradoria02@montecarmelo.mg.gov.br, e termodefuncionamento@gmail.com.
- §4º** A Equipe de Fiscalização vistoriará os estabelecimentos, e caso os Termos de Compromisso não estejam afixados em seu interior, solicitará o fechamento até sua regularização.

Art. 10 Fica permitida a realização de feiras de comercialização de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, desde que observados os critérios de rodízio, de modo a evitar aglomeração de pessoas e o atendimento dos seguintes critérios:

- I. A feira livre será realizada no Espaço Cultural e no ponto da Avenida Brasil Leste, por serem locais públicos e arejados, afastados das residências, com a alternância dos locais nos finais de semana;
- II. O horário de funcionamento não poderá exceder 06 (seis) horas de funcionamento;
- III. Deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 03 (três) metros entre as barracas;
- IV. É proibida a participação de feirantes enquadrados no grupo de risco de contaminação, diagnosticados com diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
- V. As barracas que vendem bebidas e comidas, tais como pasteis, coxinhas, salgadinhos em geral e espetinhos, poderão funcionar na feira, para entrega de mercadoria no balcão, sendo vedado o consumo na barraca;
- VI. É obrigatório o uso de máscara de proteção pelos feirantes durante todo o período da feira, com sua substituição a cada duas horas de uso;
- VII. É obrigatória a higienização constante das mãos pelos feirantes;
- VIII. Deverá ser disponibilizado em cada barraca pelos feirantes, o álcool em gel 70% (setenta por cento), e papel toalha para uso próprio e dos clientes;
- IX. Deverá ser providenciada pelos feirantes a higienização

constante de toda a barraca, bem como das mesas, balcões, balanças, carrinhos, refrigeradores e caixas retornáveis.

Art. 11 Fica permitida a realização de leilão agropecuário, desde que respeitados os critérios estabelecidos pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, notadamente especificados na Portaria IMA nº 1971, de 02 de abril de 2020.

Art. 12 A celebração eucarística pública, cultos, reuniões e eventos dos diversos segmentos religiosos, poderão ser realizadas, nos termos do art. 6º da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, desde que respeitados os seguintes critérios e assinatura de Termo de Compromisso, disponibilizado no Anexo I

III deste Decreto:

- I. Em locais fechados ou abertos, com público de até 30 (trinta) pessoas;
 - II. Manter o distanciamento entre os fiéis de, no mínimo, dois metros;
 - III. Disponibilizar material de higiene e orientar os fiéis de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante as celebrações eucarísticas, cultos, reuniões ou eventos e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza do local.
 - IV. Estabelecer horários exclusivos para atendimento individualizado a grupo de fiéis que:
 - a) possui idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) for gestante ou lactante.
 - V. Disponibilizar, na entrada dos locais, álcool em gel 70%;
 - VI. Estimular que os fiéis que estiverem com sintomas gripais, que permaneçam em casa;
 - VII. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção ao COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas Consciente em local visível.
- §1º** As entidades descritas neste artigo só poderão retomar suas atividades quando assinarem os Termos de Compromisso descritos no Anexo II e V deste Decreto, devendo afixar na entrada do estabelecimento, em local visível.
- §2º** Os Termos de Compromisso ficarão disponíveis no e-mail: procuradoria02@montecarmelo.mg.gov.br, e termodefuncionamento@gmail.com.
- §3º** A Equipe de Fiscalização fiscalizará os estabelecimentos, e caso os Termos de Compromisso não estejam afixados em seu interior, solicitará o fechamento até sua regularização.

Art. 13 Na atividade de colheita de grãos, especialmente do café, o produtor rural deverá adotar as seguintes medidas sanitárias:

- I. Quanto à contratação dos colaboradores:
 - a) Evitar contratar pessoas na categoria de risco, conforme recomendado pelo Ministério da Saúde;
 - b) Os colaboradores locais e que venham de outros estados e regiões que apresentem os sintomas devem permanecer em isolamento domiciliar e procurar atendimento médico;
 - c) O empregador deve comunicar aos seus colaboradores verbalmente e de maneira clara todos os cuidados necessários para a prevenção da COVID-19;
- II. Quanto ao transporte:
 - a) O veículo que será utilizado como transporte dos colaboradores, deverá ser higienizado a cada viagem, de preferência, com solução de cloro ou água sanitária a 1% ou peróxido de hidrogênio a 1% (deixar a solução agir por, no mínimo, 10 minutos);
 - b) A pessoa que realizar a higienização dos veículos deverá utilizar EPIs adequados: luvas, capa plástica e máscara, bem como pulverizador costal e pano de limpeza;
 - c) A motorista não deverá permitir o embarque de pessoas que apresentem sintomas;
 - d) A entrada dos passageiros deverá ser feita de maneira organizada para evitar aglomeração, embarcando um passageiro por vez;
 - e) Percorrer o trajeto com todas as janelas abertas, para permitir a ventilação no interior do veículo;
 - f) Não permitir que as pessoas realizem o trajeto em pé;
 - g) Desinfetar as mãos com água e sabão ou álcool 70% em cada embarque e desembarque;
 - h) Aumentar a frequência de desinfecção das superfícies de contato de veículos, como volante do trator ou câmbio, painel e maçaneta de carros.
- III. Quanto ao trabalho no campo:
 - a) Não permitir aglomerações durante as atividades de

trabalho ou intervalos de descanso;

b) É obrigatório o uso de EPIs adequados de acordo com as funções exercidas.

IV. Quanto aos equipamentos e maquinários:

a) Não deverá ser utilizado álcool para limpeza de painéis com dispositivos eletrônicos;

b) Máquinas e equipamentos devem ser higienizados antes e após o uso com água sanitária na concentração mínima de 1% ou peróxido de hidrogênio na concentração de 1%;

c) Antes e após manusear máquinas ou equipamento, as superfícies de contato direto devem ser limpas com álcool 70% ou solução com água sanitária. Se for utilizada solução com água sanitária, é necessário enxugar o local com toalha descartável;

d) É obrigatório o uso de EPIs adequados de acordo com as funções exercidas.

V. Quanto as cantinas e refeitórios:

a) Mãos e partes expostas do corpo devem ser higienizados com água e sabão antes das refeições;

b) Caso o empregador ofereça alimentação a seus colaboradores, as pessoas que preparam e servem as refeições devem utilizar a máscara cirúrgica e luvas, com rigorosa higienização das mãos;

c) Reforçar a higienização de cantinas, refeitórios e banheiros;

d) Limpar e desinfetar as superfícies das mesas após cada utilização;

e) Manter o local de alimentação limpo e ventilado, não permitindo aglomeração de pessoas;

f) Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres;

g) Manter a distância segura, de 2 metros, entre as pessoas nos locais de descanso e evitar aglomerações;

h) Revezar horários de intervalos e refeições;

i) Manter equipe permanente de higienização em banheiros, refeitórios e áreas afins.

VI. Quanto aos alojamentos coletivos

a) Aumentar a distância entre as camas, de no mínimo, 1 metro;

b) Permitir a boa ventilação do local;

c) Limpar diariamente alojamentos e banheiros;

d) Não compartilhar objetos de uso pessoal;

e) Lavar as mãos em intervalos menores, com água e sabão.

Seção III

Das restrições e práticas sanitárias

Art. 14 Conforme as determinações emitidas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19, de nº 17, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de Minas Gerais, publicada no Diário do Estado em 24.03.2020, e visando instituir restrições e práticas sanitárias, fica determinada(o):

I. a suspensão ou limitação do acesso a parques e demais locais de lazer e recreação;

II. a restrição às visitas aos centros de convivência de idosos.

Art. 15 Fica os funcionários, servidores e colaboradores que prestem atendimento ao público nos órgãos e nas entidades da Administração Pública, Direta e Indireta, nos estabelecimentos industriais, comerciais, bancários, rodoviários, nas instituições de longa permanência para idosos, e agências lotéricas, em funcionamento neste Município, obrigados a utilizar em seus ambientes de trabalho, nos termos do regulamento, máscaras de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador do COVID-19, enquanto perdurar o estado de emergência em saúde.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, os órgãos, entidades e estabelecimentos a que se refere o caput, fornecerão gratuitamente máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da COVID 19, para seus funcionários, servidores e colaboradores.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16 A execução das medidas previstas neste Decreto ficará a cargo da Equipe de Fiscalização, composta de 12 (doze) fiscais, das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fazenda, Vigilância Sanitária e Procon, podendo solicitar auxílio da Polícia Militar local, para fiscalização dos estabelecimentos que tiveram seu funcionamento autorizado por este Decreto.

§1º A equipe encarregada pela fiscalização deverá empreender esforços diários para fiscalizar os estabelecimentos comerciais, providenciando escala de revezamento com as equipes para permitir a fiscalização, inclusive, no período noturno, finais de semana e feriados.

§2º Sem prejuízo das medidas constantes no caput deste artigo, os profissionais de saúde deverão comunicar às autoridades policiais e ao Ministério Público os casos de descumprimento de que tiverem

ciência, conforme disposto no art. 5º, parágrafo único, da Portaria Interministerial Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, nº 5, de 17 de março de 2020.

Art. 17 Os estabelecimentos que infringir qualquer dispositivo deste Decreto, bem como derem causa, de qualquer modo, inclusive por meio de anúncios de ofertas e promoções que gerarem aglomerações de pessoas e descumprimento das normas sanitárias municipais, estaduais ou federais vigentes, será notificado pela Equipe de Fiscalização, para se adequar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Constatada a reincidência, será instaurado procedimento administrativo que poderá determinar a suspensão do Alvará Sanitário de Funcionamento e/ou Alvará de Funcionamento, pelo período de até 03 (três) meses.

CAPÍTULO VI Das disposições Finais

Art. 18 Na hipótese de alteração da evolução da pandemia do novo Coronavírus – COVID-19, na municipalidade, considerando dados epidemiológicos, as disposições referentes as medidas de enfrentamento poderão ser alteradas, a fim de impedir maiores danos e agravos à saúde pública.

Art. 19 Fica revogado o Decreto 2273, de 17 de abril de 2020.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor em 01 de maio de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 28 de abril de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

Anexo I PROTOCOLOS BÁSICOS

Podem ser aplicados à maioria dos segmentos comerciais.

1.1 Relacionados aos colaboradores/trabalhadores

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
Grupos de risco	
✓ Idade igual ou superior a 60 anos; ✓ Portadores de cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica), pneumopatias graves ou descompensados (asma moderada/grave, DPOC); doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); diabetes mellitus conforme juízo clínico; doença cromossômica com estado de fragilidade imunológica; gestação e puerpério; pessoas com deficiência cognitiva e/ou físicas; estados de imunocomprometimento, devido ao uso de medicamentos ou doenças, incluindo os portadores de HIV/Aids e neoplasias; doenças neurológicas.	✓ Devem permanecer em casa e realizar serviço em regime de home office ou teletrabalho; ✓ Caso residam com pessoas do grupo de risco, a critério do empregador, realizar preferencialmente serviço em regime de home office.
Apresentação de sinais ou sintomas de resfriado ou gripe	✓ Afastar imediatamente das atividades presenciais pelo período de 14 dias, caso persistam os sinais/sintomas, até a completa melhora;
Medidas de proteção específica	✓ Disponibilizar meios para higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel 70% com periodicidade mínima de 2 horas ou a qualquer momento, dependendo da atividade realizada. Também é recomendada a higienização quando em contato com o cliente, incluindo antes e após utilizar

	máquinas de cartões de crédito; ✓ Fornecer Equipamento de Proteção Individuais (EPIs) adequados para a atividade exercida e em quantidade suficiente. Caso a atividade não possua protocolo específico, deverá ser fornecido, no mínimo, máscara de proteção; ✓ Providenciar barreira de proteção física quando em contato com o cliente; ✓ Não utilizar ou compartilhar itens de uso pessoal com os colegas de trabalho, como EPIs, fones, aparelhos de telefone, e outros, fornecendo esses materiais para cada trabalhador; ✓ Não realizar reuniões presenciais, priorizando reuniões à distância (videoconferência). Caso não seja possível, fornecer máscaras.
--	---

1.2 RELACIONADOS AO AMBIENTE DE TRABALHO

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
Circulação dentro e fora do estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso ao estabelecimento deverá ser controlado, evitando aglomerações. Demarcar com sinalização, no lado externo do estabelecimento, a distância de 2 metros entre as pessoas que ficarem nas filas aguardando para adentrar; ✓ Nas áreas de circulação interna dos estabelecimentos sempre demarcar com sinalização a distância de 2 metros que deve ser mantida entre um cliente e outro, incluindo quando forem pegar produtos em prateleiras ou afins e em filas de qualquer natureza; ✓ Só permitir a entrada de clientes se estiverem utilizando máscaras de

	<ul style="list-style-type: none"> proteção; ✓ Reduzir o fluxo e a permanência de pessoas (clientes e colaboradores), dentro do estabelecimento para uma ocupação de 2m², por pessoa (exemplo: área livre², de 32m² / 4m² = 8 pessoas no máximo); ✓ Área livre: local de locomoção de pessoas sem barreiras, ou seja, sem qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança (como balcões, estantes, prateleiras entre outros). ✓ Limitar o número de funcionários ao estritamente necessário para o funcionamento do serviço; ✓ Os elevadores devem operar sempre com 1/3 de sua capacidade total. Se necessário, deve ser designado um colaborador utilizando máscara para organização da fila e entrada de pessoas, mantendo a distância mínima de 2 metros entre os usuários.
--	---

Limpeza e Higienização	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar, na entrada do estabelecimento, lavatório com dispensador de sabonete líquido e papel toalha ou dispensador com álcool gel 70%, bem como nos sanitários; ✓ Realizar a realização frequente, pelo menos antes e após uso de fones, aparelhos de telefone, mesas e outras superfícies; ✓ Realizar a higienização frequente das maçanetas, torneiras, corrimãos, mesas, cadeias, teclados, computadores, botões de elevadores, telefones e todas as superfícies metálicas constantemente com álcool 70%; ✓ Reforçar os procedimentos de higiene de todos os ambientes, como
------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> depósitos, sanitários e áreas de circulação de clientes; ✓ Sistematizar a limpeza local (piso, balcão e outras superfícies). É recomendado desinfetantes a bases de cloro para piso e álcool 70% para as demais superfícies, no mínimo duas vezes ao dia, ou conforme a necessidade; ✓ Intensificar a higienização dos sanitários existentes, sendo que o funcionário deverá utilizar os equipamentos de proteção apropriados (luva de borracha, avental, calça comprida, sapato fechado). Realizar a limpeza e desinfecção das luvas utilizadas com água e sabão, seguindo de fricção com álcool 70% por 20 segundos. É preciso reforçar o correto uso das mesmas (não tocar com as mãos enluvadas em maçanetas, telefones, botões de elevadores, etc.).
Ventilação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Manter o ambiente de trabalho com ventilação adequada, sempre que possível, deixando portas e janelas abertas; ✓ Evitar o uso de ar condicionado.
Bebedouros	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não utilizar bebedouros coletivos; ✓ Caso possua bebedouro, os mesmos devem ser lacrados e não utilizados por trabalhadores ou clientes.

1.3 RELACIONADOS AO RECEBIMENTO/PAGAMENTO

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
Sistemas de pagamento/recebimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferecer o álcool 70% para os clientes higienizarem as mãos antes e após tocarem em máquinas de cartão de crédito, caixas eletrônicos e autoatendimento, entre outros equipamentos; ✓ Priorizar métodos eletrônicos de pagamento.

1.4 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

SITUAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
Flexibilização de horários	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Flexibilizar os horários de trabalho com a adoção de sistemas de escalas mínimas, alterações de jornadas, revezamento de turnos e saídas para

almoço e lanches, visando reduzir a proximidade entre colaboradores/trabalhadores, inclusive durante o percurso casa-trabalho em transporte público ou fretado pela empresa;

✓ Adotar os seguintes horários de funcionamento: indústrias devem iniciar até as 8h; empreendimentos comerciais, a partir das 9h30min, exceto padarias, farmácias, drogarias e postos de combustíveis. (essenciais)

2. REQUISITOS PARA COLABORADORES

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Higienizar as mãos com água e sabão ou álcool gel 70% com periodicidade mínima de 2 hora, ou a qualquer momento, dependendo da atividade realizada ou quando em contato com o cliente; ✓ Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), disponibilizados pelo empregador, da forma correta, sendo obrigatória a utilização de máscara em todas as atividades; ✓ Higienizar os equipamentos com álcool 70% ou conforme orientação do fabricante; ✓ Não cumprimentar as pessoas, sejam colegas trabalhadores/colaboradores ou clientes, com apertos de mãos, abraços, beijos ou outro tipo de contato físico; ✓ Ao tossir ou espirrar, deve-se cobrir o nariz a boca com lenços descartáveis e evitar tocar os olhos, nariz e boca; ✓ Manter distância mínima de 2 metros entre os colaboradores/trabalhadores e entre estes e os clientes. Quando isto não for possível, utilizar a máscara de

<ul style="list-style-type: none"> proteção e respeitar a barreira de proteção física para contato com o cliente; ✓ Manter os cabelos presos e não utilizar bijuterias, joias, anéis, relógios e outros adereços para assegurar a correta higienização das mãos; ✓ A utilização de toucas será obrigatória para atividades que envolvam a preparação de alimentos. Caso utilize uniforme da empresa, não retornar para casa diariamente vestindo o uniforme; ✓ Higienizar com álcool 70% as máquinas de cartão de crédito, computadores, teclados e outros equipamentos que sejam tocados com frequência, sempre após o uso; ✓ Os funcionários da limpeza devem higienizar as maçanetas das portas com água e sabão, no mínimo, três vezes ao dia, e, nos intervalos, friccionar com álcool 70%; ✓ Caso apresente febre e/ou sintomas respiratórios, tosse, congestão nasal, dificuldade para respirar, falta de ar, dor de garganta, dores no corpo ou dor de cabeça, o trabalhador/colaborador deve comunicar ao empregador e respeitar o período de afastamento do trabalho, até a completa melhora dos sintomas.
--

3. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELOS CLIENTES

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fique em casa sempre que possível; ✓ Caso tenha sintomas de gripe ou resfriado, não saia de casa; ✓ Utilize máscara, de preferência caseira, durante todo período de permanência fora de casa; ✓ Prefira solicitar serviço por delivery, comprar por telefone ou internet; ✓ Se for do grupo de risco não saia de casa! Peça ajuda a um familiar, amigo ou vizinho sem ter contato físico com a pessoa; ✓ Permaneça no estabelecimento o menor tempo possível. Dessa forma, planeje sua compra antes de sair de casa; ✓ Realize a higienização das mãos ao entrar no estabelecimento, acessar balcões de atendimento e "caixas" e ao sair do estabelecimento; ✓ Evitar conversar, manusear o telefone celular ou tocar rosto, nariz, olhos e boca durante sua permanência no interior do estabelecimento; ✓ Ao tossir ou espirrar, cobrir nariz e boca com um lenço, descartá-lo imediatamente e realizar higienização das mãos. Caso não tenha disponível o lenço descartável, cobrir nariz e boca com o braço flexionado; ✓ Ao chegar em casa, higienizar as mãos e antebraços com água e sabão e higienizar adequadamente todos os produtos e as embalagens comprados nos estabelecimentos comerciais.
--

Anexo II DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS/ENTIDADE NÃO ESSENCIAIS

TERMO DE RESPONSABILIDADE I	
DADOS DO ESTABELECIMENTO/ENTIDADE	
Nome Fantasia:	_____
Razão Social:	_____
CNPJ:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	Monte Carmelo/MG - CEP 38.500-000
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL	
Nome:	_____
RG:	_____
CPF:	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____
<p>Eu, sócio administrador/representante legal acima identificado, assumo a responsabilidade de adotar as medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, para exercer a(s) atividade(s) econômica(s) seguindo as recomendações pontuadas no Decreto nº 2277, de 28 de abril de 2020, e/ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las, declarando, ainda, que possuo uma cópia de referido Decreto em meu estabelecimento.</p> <p>Declaro que a área livre do meu estabelecimento, assim entendida como o local de locomoção de pessoas sem barreira, ou seja, sem qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança é de _____ metros quadrados. Nesse sentido, é permitida a entrada de _____ pessoas dentro do estabelecimento.</p> <p>Declaro estar ciente e de acordo com os riscos, perigos e nocividades derivados da exposição pessoal, de funcionários e clientes no estabelecimento no tocante à possibilidade de contaminação por doenças associadas à inflamação respiratória, e assumo a responsabilidade criminal [art. 268 do Código Penal], civil [art. 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil], consumerista [arts. 8º, 12, 14] do Código de Defesa do Consumidor, e trabalhista [art. 223-F, da CLT], sem prejuízo de outras.</p>	
Monte Carmelo, _____ de _____ de 2020.	
Nome	_____
CPF	_____
* Deverá ser encaminhada, anexa a este Termo, cópia do documento pessoal do representante legal e dados da empresa.	

ANEXO III
TERMO DE RESPONSABILIDADE II
PARA OS ESTABELECIMENTOS DESCRITOS NO ART. 8º DESTE DECRETO

TERMO DE RESPONSABILIDADE II
PARA OS ESTABELECIMENTOS DESCRITOS NO ART. 8º DESTE DECRETO

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Nome Fantasia: _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____ Telefone (____) _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Monte Carmelo/MG CEP 38.500-000

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Eu, sócio administrador/representante legal acima identificado, assumo a responsabilidade de adotar as medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, para exercer a(s) atividade(s) econômica(s) seguindo as recomendações pontuadas no Decreto nº 2277, de 28 de abril de 2020, e/ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las:

- I. Priorizar a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares e o serviço de entrega de mercadorias em domicílio;
- II. Priorizar o atendimento individualizado, através de agendamento;
- III. Respeitar o limite dentro do estabelecimento para uma ocupação de 2m² por pessoa, com distanciamento entre as pessoas de, no mínimo, 02 (dois) metros;
- IV. Adotar sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contato e aglomeração de trabalhadores, e que implementem medidas de prevenção ao contágio pela COVID-19, disponibilizando material de higiene e orientando seus empregados de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante o trabalho e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza dos locais e dos instrumentos de trabalho.
- V. Estabelecer horários ou setores exclusivos para atendimento ao grupo de clientes que, por

meio de documento ou autodeclaração, demonstrem:

- a) possuir idade igual ou superior a sessenta anos;
- b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
- c) for gestante ou lactante.
- VI. Adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas no interior dos estabelecimentos ou em filas de espera, observado o distanciamento mínimo de dois metros entre consumidores;
- VII. Disponibilizar para todos os funcionários, máscaras de proteção e outros recursos necessários à prevenção e disseminação do Coronavírus causador da COVID-19;
- VIII. Disponibilizar, na entrada do estabelecimento, álcool em gel, para clientes e funcionários;
- IX. Deverão priorizar o pagamento em moeda virtual, como cartão de crédito, débito, transferência bancária, aplicativos de pagamento no celular e boletos bancários, evitando assim, o manuseio com dinheiro em espécie;
- X. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção à COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas Consciente em local visível;
- XI. O horário de funcionamento das indústrias deve iniciar até as 8h, e os empreendimentos comerciais, a partir das 9h30min, exceto os serviços considerados essenciais, estabelecidos no art. 6º deste Decreto;
- XII. Cumprir todas as determinações do Protocolo contido no Anexo I deste Decreto.

Declaro estar ciente e de acordo com os riscos, perigos e nocividades derivados da exposição pessoal, de funcionários e clientes no estabelecimento no tocante à possibilidade de contaminação por doenças associadas à inflamação respiratória, e assumo a responsabilidade criminal [art. 268 do Código Penal], civil [art. 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil], consumerista [arts. 8º, 12, 14] do Código de Defesa do Consumidor, e trabalhista [art. 223-F, da CLT], sem prejuízo de outras.

Monte Carmelo, ____ de ____ de 2020.

Nome: _____
CPF: _____
* Deverá ser encaminhada, anexa a este termo, cópia do documento pessoal do representante legal e dados da empresa.

ANEXO IV
TERMO DE RESPONSABILIDADE III
PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 9º DESTE DECRETO

TERMO DE RESPONSABILIDADE III
PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 9º DESTE DECRETO

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Nome Fantasia: _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____ Telefone (____) _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Monte Carmelo/MG CEP 38.500-000

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Eu, sócio administrador/representante legal acima identificado, assumo a responsabilidade de adotar as medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, para exercer a(s) atividade(s) econômica(s) seguindo as recomendações pontuadas no Decreto nº 2277, de 28 de abril de 2020, e/ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las:

- I. Reduzir o fluxo e a permanência de pessoas dentro dos estabelecimentos para uma ocupação de 01 aluno para cada 5m²;
- II. Restringir o acesso de pessoas do grupo de risco e assintomáticos, com medição de temperatura por termômetro e questionamento sobre apresentação de sintomas, histórico de viagens e contato com alguém contaminado;

- III. Possibilitar entrada e saída dos alunos sem toque em controles biométricos ou de catracas;
- IV. Uso obrigatório do álcool e/ou em gel 70% para higienização dos equipamentos por parte dos alunos e dos funcionários;
- V. Disponibilização de água e sabão, com borrifadores e papel toalha para higienização dos equipamentos;
- VI. Uso obrigatório de toalhas individuais;
- VII. Reforçar a limpeza geral dos espaços durante o dia com hipoclorito de sódio, mantendo-o limpo e ventilado;
- VIII. Todos os alunos e colaboradores deverão utilizar, obrigatoriamente máscaras, podendo

- IX. Evitar contato físico, com demonstração e orientação dos exercícios a 2 metros de distância;
- X. Manter um pano úmido com água sanitária para limpeza dos calçados;
- XI. Disponibilizar álcool em gel 70% na entrada do estabelecimento;
- XII. Lavar os bebedouros coletivos;
- XIII. Não utilizar ar condicionado, climatizadores ou ventiladores;
- XIV. Restringir o acesso das pessoas do grupo de risco;
- XV. Diminuir a duração das atividades pelo tempo necessário para garantir higienização dos equipamentos e do local;
- XVI. Os estabelecimentos citados neste artigo deverão iniciar seus atendimentos a partir das 5h30min;
- XVII. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção à COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas Consciente em local visível;
- XVIII. Seguir o Protocolo descrito no Anexo I do Decreto nº 2277, de 28 de abril de 2020, quando não incompatível com as medidas impostas nos incisos anteriores.

Declaro estar ciente e de acordo com os riscos, perigos e nocividades derivados da exposição pessoal, de funcionários e clientes no estabelecimento no tocante à possibilidade de contaminação por doenças associadas à inflamação respiratória, e assumo a responsabilidade criminal [art. 268 do Código Penal], civil [art. 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil], consumerista [arts. 8º, 12, 14] do Código de Defesa do Consumidor, e trabalhista [art. 223-F, da CLT], sem prejuízo de outras.

Monte Carmelo, ____ de ____ de 2020.

Nome: _____
CPF: _____

* Deverá ser encaminhada, anexa a este termo, cópia do documento pessoal do representante legal e dados da empresa.

ANEXO V
TERMO DE RESPONSABILIDADE IV
PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 12 DESTE DECRETO

TERMO DE RESPONSABILIDADE IV
PARA AS ATIVIDADES DESCRITAS NO ART. 12 DESTE DECRETO

DADOS DA ENTIDADE

Nome Fantasia: _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____ Telefone (____) _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Monte Carmelo/MG CEP 38.500-000

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Eu, representante legal acima identificado, assumo a responsabilidade de adotar as medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, para exercer a(s) atividade(s) econômica(s) seguindo as recomendações pontuadas no Decreto nº 2277, de 28 de abril de 2020, e/ou outras que vierem a complementá-las ou substituí-las, e no que respeita as medidas preventivas informativas e profiláticas adotará as seguintes providências:

- I. Em locais fechados ou abertos, com público de até 30 (trinta) pessoas;
- II. Manter o distanciamento entre os fiéis de, no mínimo, dois metros;
- III. Disponibilizar material de higiene e orientar os fiéis de modo a reforçar a importância e a necessidade de:
 - a) adotar cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com a utilização de produtos assépticos durante as celebrações eucarísticas, cultos, reuniões ou eventos e observar a etiqueta respiratória;
 - b) manter a limpeza do local.
- IV. Estabelecer horários exclusivos para atendimento individualizado a grupo de fiéis que:
 - a) possuir idade igual ou superior a sessenta anos;
 - b) portar doença crônica, tais como diabetes, hipertensão, cardiopatias, doença respiratória, pacientes oncológicos e imunossuprimidos;
 - c) for gestante ou lactante.

- V. Disponibilizar, na entrada dos locais, álcool em gel 70%;
- VI. Estimular que os fiéis que estiverem com sintomas gripais, que permaneçam em casa;
- VII. Deverão exibir cartazes no interior do estabelecimento com informações de prevenção à COVID-19, disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/coronavirus>, e afixar os protocolos do Minas Consciente em local visível.

Declaro estar ciente e de acordo com os riscos, perigos e nocividades derivados da exposição pessoal, de funcionários e clientes no estabelecimento no tocante à possibilidade de contaminação por doenças associadas à inflamação respiratória, e assumo a responsabilidade criminal [art. 268 do Código Penal], civil [art. 187 e 927, parágrafo único, do Código Civil], consumerista [arts. 8º, 12, 14] do Código de Defesa do Consumidor, e trabalhista [art. 223-F, da CLT], sem prejuízo de outras.

Monte Carmelo, ____ de ____ de 2020.

Nome: _____
CPF: _____

* Deverá ser encaminhada, anexa a este termo, cópia do documento pessoal do representante legal e dados da entidade.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br